

Observatórios de cultura: por que e para quê?

José Márcio Barros¹

[...] penso em observatórios ancorados no estímulo da aprendizagem e da mudança, capazes de reunir e processar informação, produzir conhecimento e competências por meio dos desafios que Jacques Delors apresentou em 1996, no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, especialmente no que se refere ao aprender a conhecer e ao aprender a fazer. Dessa maneira, evitaríamos o risco de produzir um conhecimento que em seu processo e produto negaria o que singulariza seu objeto: a cultura como experiência fundamental do encontro e da troca.

BARROS, 2007.

1

Coordeno, com muita alegria e orgulho, uma experiência de observatório que no próximo ano completará 15 anos de existência: o Observatório da Diversidade Cultural (ODC). Uma organização não governamental (ONG) que também se organiza como um grupo de pesquisa vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), onde atuo como professor e pesquisador.

Criado em 2005 para acompanhar e repercutir a 33ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Paris, onde se votou a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, o ODC nasceu e se desenvolveu por meio de políticas públicas advindas do Ministério da Cultura (MinC), da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SEC-MG) e da Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Por meio de mecanismos de fomento da área da cultura e também da

¹ Professor e pesquisador da UEMG e da PUC Minas. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). josemarciobarros@gmail.com. www.observatoriodadiversidade.org.br.

educação e pesquisa – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e CNPq – pudemos experimentar e desenvolver três linhas de atuação.

A primeira, de **Informação**, com manutenção de um *site* para acesso e utilização gratuita de seus conteúdos; presença nas redes sociais; edição de um boletim bimensal que atingiu sua versão de número 85; além da realização de seminários e outros eventos.

A segunda linha é de **Pesquisa e Produção de Conhecimento**, na qual desenvolvemos e disponibilizamos pesquisas relacionadas aos diversos aspectos da diversidade cultural, dos direitos culturais, das políticas culturais e da gestão cultural. Na atualidade, estamos terminando uma intitulada “Arte, gestão cultural e territórios: os desafios na gestão pública da cultura para a promoção da diversidade cultural” (com equipamentos culturais em Salvador, Alagoinhas, Belo Horizonte, Ouro Preto e Mariana). Esta linha reúne um grupo de pesquisadores e gestores culturais de diversos estados do país.

Nesses quase 15 anos de existência, publicamos três edições de uma revista e organizamos dez livros com coletâneas de trabalhos próprios e de convidados. Os mais recentes, publicados em parceria com a EdUEMG, são *Gestão Cultural e diversidade: do pensar ao agir* e *Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências*. Todas as publicações encontram-se disponíveis para *download* em nosso *site*.²

Uma terceira linha de atuação é em **Formação de agentes e gestores culturais** com ênfase na diversidade cultural. Durante esses anos, foram mais de 3.500 pessoas formadas em nossos cursos, viabilizados pelo patrocínio cultural de empresas como a Usiminas e a ArcelorMittal, pelo Fundo Municipal de Cultura de Belo Horizonte e pelo Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais. Para que se tenha uma ideia, entre 2018 e 2019 realizamos as seguintes atividades formativas em Belo Horizonte, Itaúna, Ipatinga e Salvador: Curso de Iniciação à Gestão Cultural, Curso de Aprofundamento em Gestão Cultural, Oficina Modos de Brincar e Diversidade, Oficina Mapeamento da Diversidade Cultural, Oficina Memória e Diversidade Cultural, Jornadas de Gestão Cultural para Jovens, além da organização do GT (Grupo de Trabalho) Diversidade Cultural e do Simpósio Diversidade e Desenvolvimento, ambos no contexto do XV Encontro de

² Disponível em: <www.observatoriodadiversidade.org.br>. Acesso em: 22 nov. 2019.

Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). É a partir dessa experiência que apresento algumas reflexões sobre a questão dos observatórios de cultura.

2

Em texto que publiquei em 2007 na *Revista Itaú Cultural*, defini observatórios como “uma estrutura dinâmica de trabalho que atualiza a velha questão da pesquisa aplicada” (Barros, 2007, p. 59). De outra forma, podemos afirmar que são modelos organizacionais voltados ao trabalho com a produção, coleta, tratamento e disponibilização de informações. Trata-se de uma estrutura “tecno-humana” ancorada na crença de que a informação transformada em conhecimento se configura como agente de consolidação ou superação de realidades sociais.

De acordo com Silva (2016), os observatórios no campo das ciências humanas surgem a partir de três movimentos não lineares e, de certa forma, até contraditórios no mundo contemporâneo: como decorrência das lutas pelo direito à informação; como decorrência da utopia de uma sociedade global da informação; da necessidade de se compreender e comparar a diversidade.

Observatórios mais progressistas e engajados socialmente trabalham sempre com a perspectiva de articular a produção de informação com sua transformação em conhecimento e formação. O objetivo é, por meio de pesquisas aplicadas, contribuir para a transparência, a democratização do conhecimento e o empoderamento dos usuários de seus produtos e serviços.

No campo específico da cultura, os observatórios surgem a partir de uma dupla perspectiva epistemológica, com o objetivo de alimentar processos de acompanhamento, avaliação e tomada de decisões: a busca pela objetivação dos fenômenos culturais e a priorização da medição e quantificação, por meio da tecnologia da informação, das ofertas e práticas culturais, secundarizando a dimensão dos sentidos e significados subjetivos.

Mas por que criar observatórios culturais? Em primeiro lugar, para enfrentar a cultura do descartável e a banalização e espetacularização da informação no contexto paradoxal de uma sociedade cada vez mais abundante em informações, mas cada vez mais rasa em suas formas coletivas de conhecer a realidade e agir sobre ela.

Em segundo lugar, para agregar aos processos de planejamento, execução e avaliação das políticas culturais, sejam elas estatais ou não, informações objetivas, metodologicamente verificáveis e publicamente disponíveis, superando práticas ainda recorrentes de intuições e boas intenções.

Em terceiro lugar, precisamos de observatórios para agregar aos processos de participação social nas instâncias de gestão democrática da cultura, informação e formação, de modo a qualificar o exercício da cidadania. Desta forma, observatórios podem contribuir para a superação da ideologia participacionista, que pouca atenção dá à efetividade de tais práticas, contentando-se apenas com a eloquência discursiva.

Duas questões são básicas: quando públicos, os observatórios pressupõem a existência de sistemas de informações; quando da sociedade civil, pressupõem o acesso às informações e a liberdade para a crítica.

Em ambos os casos, observatórios se estruturam no fio paradoxal do mundo contemporâneo: uma “sociedade da informação” que não consolida uma “sociedade do conhecimento”. Daí o inevitável enfretamento aos clássicos desafios do com quem, como, onde, por que, para que e para quem um observatório deve trabalhar. Para apenas alimentar e ilustrar as ações da tecnocracia estatal, ou também contribuir para o pleno exercício dos direitos culturais?

Decorre da questão a necessidade de pensar que: • sua arquitetura e funcionamento poderiam integrar, de modo interdisciplinar, diferentes pesquisadores e especialistas portadores de diferenças espaciais, temporais e teóricas. Um observatório deve assumir caráter plural na composição de suas capacidades críticas relacionadas a suas bases conceituais e suas referências espaciais e temporais. Onde quer que ele esteja ancorado espacialmente, a forma de operar de um observatório deve reunir olhares e sujeitos de diferentes contextos sociocientíficos e culturais; • sua ação, para além da produção de conhecimento, deve se comprometer com a formação de competências, ou seja, certo compromisso com a perspectiva de formação de um número cada vez maior de competências “a serviço” da cultura [...]; • seu modo de operar precisa se adequar, desde a origem, aos desafios inclusivos contemporâneos. Para além dos compromissos de disponibilização e circulação, por meio de várias e complementares mídias, a transparência e a acessibilidade a seus meios e métodos são centrais [...] (BARROS, 2007, p. 60).

Observatórios são estruturas de compartilhamento e não de acumulação. Compartilham conhecimento, e não apenas informações, por meio de trabalho

colaborativo e em rede, de forma a viabilizar a troca, a comparação e a cooperação, consolidando a articulação entre a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa.

A cultura solicita ser investigada como realidade plural e dinâmica, e isso significa que, além da diversificação de contextos, modelos, processos e experiências culturais, as fronteiras e os diálogos com outras áreas merecem atenção e destaque. Além dos campos tradicionais da cultura – artes cênicas, artes visuais, audiovisual, literatura, música, memória e patrimônio, culturas tradicionais (folclore, artesanato, culturas de matrizes étnicas), os cruzamentos e misturas, que se mostram mais complexos que a tentativa de síntese do conceito de artes integradas e que mobilizam cada vez mais o cenário cultural metropolitano, merecem atenção.

Devido à sua pluralidade e capilaridade, a cultura tanto se manifesta nos espaços institucionais convencionais quanto nos espaços informalmente instituintes, o que configura outro rico campo de pesquisas, tal como o das práticas de participação social, das questões de formação, da infraestrutura etc.

Por fim, as cadeias e arranjos produtivos da cultura, abarcando as dimensões de produção, distribuição e consumo de bens e serviços culturais; o monitoramento crítico de gastos e investimentos governamentais, privados e não governamentais, com a cultura e a análise contínua de hábitos de produção, fruição e consumo cultural da população, com base em segmentações várias (temporais, territoriais, socioeconômicas etc.) constituem outro conjunto importante de pesquisas.

No entanto, todas essas opções dependerão do compromisso do observatório com modelos inclusivos, democráticos e, em certo sentido, “decoloniais”, de se produzir conhecimento e diferentes formas de divulgação, circulação, uso e apropriação. E é isso que no fundo poderá fazer a diferença.

Referências

BARROS, José Márcio. Observatório da cultura: entre o óbvio e o urgente. *Revista do Observatório Itauú*, São Paulo, n. 2, 2007.

SILVA, Selma Cristina da. *Observatórios culturais no Brasil: genealogia, práticas e contribuições ao campo cultural*. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2016.